ARTIGOS ORIGINAIS

O retrato da epidemia de meningite em 1971 e 1974 nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo

The picture of meningitis epidemic in 1971 and 1974 in the newspapers O Globo and Folha de S. Paulo

El retrato de la epidemia de meningitis en 1971 y 1974 en los periódicos O Globo y Folha de S. Paulo

Catarina Schneider | schneidercatarina@gmail.com
Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Michele Tavares | micheletavaresjor@yahoo.com.br Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

Christina Musse | musse@terra.com.br
Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil.

Resumo

Este artigo apresenta um recorte analítico acerca da cobertura dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo* sobre a epidemia de meningite que eclodiu em 1971, e atingiu seu ápice em 1974. Essa epidemia surge na época em que o Brasil vivia sob o regime ditatorial e se encontrava no pior período, conhecido como "anos de chumbo" (1968- 1972). Do ponto de vista teórico, desenvolvemos uma discussão sobre a evolução dos conceitos de "saúde", "doença" e "epidemias", além de fazer um breve histórico da epidemia de meningite na época. A partir da análise dos jornais, verifica-se como a doença foi comunicada e também se observa como no início ela quase não era divulgada, tendo um salto do número de publicações e uma grande exposição pelos meios de comunicação a partir de 1974.

Palavras-chave: Folha de S. Paulo; O Globo; Jornalismo; Ditadura; Epidemia; Meningite; Silenciamentos.

Abstract

This article presents an analytical approach about media coverage on *Folha de S. Paulo* and *O Globo* of meningitis epidemic that broke out in 1971, and reached its peak in 1974. This epidemic comes at a time when Brazil was under the dictatorship and it was in the worst period, known as the "years of lead" (1968-1972). From a theoretical point of view, we have developed a discussion of the evolution of the concepts of "health", "disease" and "epidemics", in addition to a brief history of meningitis epidemic at the time. From the analysis of the newspapers, it appears as the disease has been reported, and also notes how at first she was barely released, with a jump in the number of publications and a major exhibition by the media since 1974.

Keywords: Folha de S. Paulo; O Globo; Journalism; Dictatorship; Epidemic; Meningitis; Silencing

Resumen

Este artículo presenta un enfoque analítico en la portada de los periódicos *Folha de S. Paulo y O Globo* sobre epidemia de meningitis que estalló en 1971, y alcanzó su punto máximo en 1974. Esta epidemia llega en un momento en que Brasil estaba bajo la dictadura y fue en el peor período, conocido como los "años de plomo" (1968-1972). Desde un punto de vista teórico, se ha desarrollado un análisis de la evolución de los conceptos de "enfermedad" de "salud" y "epidemias", además de una breve historia de la epidemia de meningitis en el momento. A partir del análisis de los periódicos, parece que la enfermedad ha sido reportada, y también observa cómo al principio ella era apenas lanzado, con un salto en el número de publicaciones y una gran exposición en los medios desde 1974 .

Palabras clave: Folha de S. Paulo; O Globo; Periodismo; Dictadura; Epidemia; La meningitis; El silenciamiento.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores: As autoras participaram integralmente de todas as etapas da elaboração do artigo, desde a concepção e desenho do estudo, definição da metodologia, coleta e análise dos dados, interpretação dos resultados e redação e revisão crítica do texto.

Declaração de conflito de interesses: As autoras declaram que não há quaisquer conflitos de interesse.

Histórico do artigo: Submetido: 16.jul.2015 | Aceito:1.set.2015 | Publicado: 20.dez.2015

Apresentação anterior: Trabalho apresentado no GT de História do Jornalismo, integrante do 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015. Disponível em: http://www.brapci.inf.br/_repositorio/2014/05/pdf_039638d9ab_0014361.pdf.

Licença: CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (download), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

Introdução

As epidemias sempre estiveram presentes na história da vida humana, marcaram épocas, como é o caso da peste, e modificaram na sociedade entendimentos acerca da saúde e doença, passando da punição divina ao reconhecimento que as causas das epidemias eram sociais, políticas e econômicas. Além da mudança na forma de pensar, o Estado também mudou sua postura diante da devastação da população, interferindo na vida social e individual das pessoas, buscando divulgar uma prática educativa que transformasse seus hábitos.

A epidemia de meningite surgida em São Paulo na década de 1970, época da ditadura, nos faz refletir o quanto a saúde está relacionada e até dependente de fatores externos importantes, como a política. Na época, "a doença foi considerada questão de segurança nacional e os meios de comunicação colocados sob censura", pois o Brasil vivia a época do "milagre econômico" e a divulgação de uma epidemia não ia ser bem vista. Dessa forma, ao realizar um resgate histórico dessa epidemia na época, podemos perceber que a forma como a doença foi tratada mudou ao longo dos anos (em 1971 e 1974), e é ainda mais perceptível se compararmos à cobertura feita hoje em dia, em que há um esclarecimento da ciência e da medicina quanto às doenças e uma grande cobertura midiática que tenta, na maioria das vezes, levar o conhecimento do que está ocorrendo, do que é a doença e como a população deve se prevenir.

Doenças, riscos e epidemia: o que a mídia tem com isso?

As noções de "doença" e "saúde" tiveram seu sentido mudado ao longo dos anos. Antigamente, a doença era entendida apenas como punição divina, encarnação do mal. Hoje, o tema está envolto em justificações científicas, que buscam a razão para explicar as causas e consequências. No entanto, a doença não deve ser vista somente como um conjunto de sintomas que levam o indivíduo a procurar ajuda da medicina, mas também deve ser olhada como um acontecimento que ameaça e modifica nossa existência, muitas vezes com graves consequências, como algumas epidemias que ao longo da história deixaram suas marcas.

Segundo Nascimento², a doença pode ser entendida como um fenômeno social e também é uma construção. Ela possibilita o conhecimento sobre estruturas, mudanças dinâmicas demográficas e deslocamento populacional, processo de construção de identidade de uma nação, de campo de saber e disciplinas. Concorrem para a existência da doença diversos elementos científicos, sociais e políticos, temporal e espacialmente estudados. Dito de outro modo, diferentes grupos, a cada época, dão significação e sentido específicos à entidade fisiopatológica chamada doença. A história de doenças pode revelar uma enorme gama de questões².

Essa dificuldade de lidar com a doença prendia-se ao fato dela ser concebida como mera contingência, como desvio no curso normal dos acontecimentos. Portanto, há uma grande importância no seu papel para a análise da história. Segundo a autora Dilene Nascimento², há uma relação direta da história das doenças com a história das populações; assim, é impossível traçar a narrativa de um povo colocando às escuras as doenças, principalmente as infecciosas, que atingiram a nação, pois através dela é possível explicar seu processo histórico.

Na Antiguidade, as epidemias eram conhecidas como castigo dos deuses, envenenamento e contaminação das águas. À época, acreditava-se que as epidemias tinham uma relação direta com o Mal, com as condições climáticas e influências astrológicas. A doença era relacionada diretamente com o olfato e tato e associada ao elemento fogo, pois se espalhava rapidamente e sem controle algum. No século XIX, as causas das doenças infecciosas ainda eram desconhecidas, por isso assumiam, frequentemente, um caráter epidêmico.

É no século XX, com a emergência das doenças não transmissíveis que a noção de epidemiologia dos "modos de transmissão" passa para "epidemiologia dos fatores de risco", e então essa ciência passa a se preocupar com as possibilidades das doenças².

Cabe destacar que a palavra "risco" emerge no século XVI associada aos perigos das navegações marítimas. No século seguinte, começou a ser associada à prudência e à preocupação com o futuro, passando depois para a noção de cálculos probabilísticos, jogos de azar e, no século XIX, no estudo de disciplinas e práticas econômicas. Risco, então, pode ser entendido como uma ideia de perigo ou possibilidade de ocorrência, marcadores que visam a previsão de mortalidade futura, possibilitando contar, comparar e identificar indivíduos e proporcionar intervenções preventivas. É uma tentativa de gerenciar as contingências através da segurança, indicando a presença cada vez mais intensa do controle do tempo presente pelo medo e pela proteção. Os preceitos dos fatores de risco produzidos pela epidemiologia são fortemente orientados para mudanças comportamentais e de estilo de vida; assim, essa abordagem é vista como um meio de incentivar os indivíduos a assumirem a responsabilidade por sua própria saúde, reduzindo gastos com o sistema de saúde.

Segundo Ferraz³, os meios de comunicação têm papel decisivo na construção do discurso de risco. São vetores de sedimentação de uma sensação de fragilidade e também de um imaginário de crescente poder da ação humana para contê-los. Assim, o aparato midiático é decisivo na formação da percepção sobre os riscos que acometem a saúde pública de uma sociedade e, consequentemente, das epidemias que podem afetar as comunidades. A cobertura jornalística, por exemplo, quando realizada sem a devida apuração das informações, pode contribuir para aumentar os níveis de medo, preocupação ou ansiedade, o que torna necessário motivar ações que levem à redução de ações de exposição ao risco. Ou podem também levar o público a tomar medidas de autoproteção exageradas e disseminar o medo.

Ferraz³ defende que, ao tratar de epidemias, a imprensa pode construir um discurso envolto em medo e memórias que são revividas e reconstruídas até hoje pelos meios de comunicação de massa trazendo consequências para os leitores, já que ao tratar de "epidemia", existem no discurso os significados de alerta, medo, risco que ela traz no seu próprio sentido. Isso se dá pela memória discursiva, ou seja, aquilo que é préconstruído anteriormente, impregnada pelas grandes epidemias da história, de devastação populacional, desespero e contágio. Assim, formam-se redes de memória, em que novos sentidos vão se construindo com base naqueles já existentes, como é o caso das epidemias.

O medo é o sentimento mais forte quando se trata de doença. Assim, os grandes medos sanitários do passado e do presente estão diretamente relacionados à história das grandes epidemias. Segundo Luiz Marcelo Ferraz³, três fatores condicionam esse medo: sentimento de proximidade do perigo, noção de prognóstico fatal e ausência de tratamento eficaz. Epidemia, então, faz parte dos assuntos que causam medo pelo fato de surgirem a partir do seu caráter imprevisível e acidental dentro de um contexto histórico. É interessante notar como a epidemia traz a noção do *estrangeiro* para explicar a origem do problema. Em geral, a moléstia é vista como um corpo estranho que vem de outro local e entra no organismo, adoecendo o indivíduo. Nas infecções, talvez a melhor metáfora para caracterizá-la seja a da *invasão*³.

Ao relacionar o passado e o presente das epidemias, percebe-se que os sentidos construídos em torno da "morte" contribuíram para torná-la uma experiência traumática na atualidade, vista antigamente como algo natural da vida. Desse modo, a mídia também pode contribuir para manter um sentimento de insegurança, que mantém uma relação estreita com os discursos de risco, de modo que este acaba sendo utilizado como

i A epidemiologia pretende verificar se determinada exposição está associada a uma doença, evitando-a e controlando-a. Em decorrência da necessidade de contornar a falta de conhecimento dos processos das doenças não transmissíveis, o tratamento que antes era embasado na causalidade, passou para a quantificação probabilística do risco. Nascimento D R. As pestes do século XX: tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

medida do Estado para que as pessoas se previnam e cuidem de si cada vez mais, transferindo para o indivíduo a responsabilidade com a saúde.

Portanto, medo e proteção podem ser entendidos como exemplos de efeitos das medidas de governamentalidade. Esse conceito diz respeito a formatos de poder que transcendem a regulação e dominação direta sobre o indivíduo, pois preveem tecnologias de poder e controle sobre a sociedade e sobre si mesmo, como a noção do "autocuidado", em que os indivíduos seriam responsáveis por sua própria saúde/ doença e pelos riscos gerados socialmente. A vacinação, por exemplo, pode ser vista como uma forma de segurança, passando a ser uma medida preventiva da política da vida, que atua diretamente na existência pessoal da sociedade.

Mas, a participação dos diversos segmentos midiáticos na orientação da sociedade em relação à prevenção e ao tratamento de certas endemias nem sempre teve o aspecto que conhecemos hoje, sobretudo em sociedades ocidentais. Dependendo do contexto social, histórico ou político no qual o aparato midiático está inserido, é possível perceber uma série de nuances e atuações com aspectos positivos ou negativos, principalmente se levarmos em consideração as relações entre mídia e governo.

O surto de meningite e a ditadura militar brasileira

Neste artigo, abordamos o silenciamento, por parte da mídia, da epidemia de meningite no Brasil nos anos 1970. Segundo Rita de Cássia Barata, que escreveu um livro de referência sobre o assunto, "para o município de São Paulo, como um todo, a incidência foi epidêmica a partir de abril de 1971"¹. Ela afirma que em janeiro de 1970 quatro subdistritos apresentaram incidência epidêmica da doença, e em 1972, antes que a imprensa noticiasse o aumento dos casos de meningite, todos os distritos e subdistritos haviam tido pelo menos um mês com incidência anormal¹. Dessa forma, a doença que iniciou em 1971 e registrou seu ápice em 1974, quando começou a ser divulgada mais intensamente pelos jornais, aconteceu em um momento político em que o país vivenciava o regime militar como forma de governo. Assim, cabe-nos destacar duas informações essenciais daquele momento histórico para a compreensão do comportamento da imprensa, na época, no que diz respeito à cobertura desse período mais "crítico" da epidemia de meningite: o entendimento acerca da doença e uma breve descrição do sistema de saúde na ditadura.

A meningite é uma inflamação das meninges, que são as membranas que envolvem o cérebro. Existem diversos tipos de meningite, e para cada um deles há causa e sintomas específicos. Ela é causada, principalmente, por agentes infecciosos- fungos, vírus e bactérias. Os sintomas iniciais são dor de cabeça forte, febre alta, rigidez na nuca com dificuldade para movimentar a cabeça, desânimo, vômitos em jatos. Bebês podem apresentar também moleira elevada, inquietação com choro agudo, rigidez corporal. As crianças são o maior grupo de risco e as com menos de um ano, as mais suscetíveis.

Nas meningites virais, o quadro é mais leve. Os sintomas se assemelham aos das gripes e resfriados. A doença acomete principalmente as crianças, que têm febre, dor de cabeça, um pouco de rigidez da nuca, inapetência e ficam irritadas. No entanto, a mortalidade deste tipo de meningite é praticamente zero. Já as bacterianas, são mais graves e devem ser tratadas imediatamente. Os principais agentes causadores da doença são as bactérias meningococos, pneumococos e hemófilos, transmitidas pelas vias respiratórias ou associadas a quadros infecciosos de ouvido, por exemplo. A produzida pelo pneumococo tem alta letalidade: em cada 100 casos, 20 a 30 vão ao óbito.

Atualmente, a vacina contra a meningite faz parte do calendário oficial de vacinação. Porém, veremos que nem sempre ela esteve instituída dessa forma e que outras manifestações da doença aconteceram no Brasil antes da década de 1970.

Dois grandes ciclos epidêmicos ocorreram em São Paulo e em outras grandes capitais brasileiras, na Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e na Segunda (1938-1945). Os meningococos A e C já eram descritos

mundialmente nessas epidemias. Nos anos 1950 e 1960, passados os anos da Segunda Guerra, a meningite epidêmica passou à sua forma endêmicaⁱⁱ, tanto no Brasil como na maioria dos países da Europa e das Américas.

Nos anos 1970, a doença já com o nome de meningite meningocócica, voltou à sua forma epidêmica em todos os continentes. Grandes epidemias foram registradas em Portugal, Espanha, Grã-Bretanha, Finlândia e outros países europeus, e ainda na África, Ásia e Oceania. No Brasil, a doença meningocócica teve seu epicentro em São Paulo, mas se alastrou por todo o país, com focos no Rio de Janeiro, Salvador e outras capitais, nas quais os meningococos A e C predominavam.

Nessa época, duas epidemias ocorreram ao mesmo tempo. Em abril de 1971, iniciou uma epidemia pelo meningococo C, que costuma se manifestar em comunidades fechadas, e em maio de 1974, começou a segunda, pelo meningococo A, cujo poder de gerar uma epidemia é muito maior que o do C. Assim, em maio de 1974, passam a circular dois tipos diferentes de meningococo, A e C, o que ocasionou o aumento drástico do número de casos.

A estrutura governamental em relação à saúde pública auxilia o entendimento desse cenário epidêmico. Na década de 1970, o país vivia o período mais violento da ditadura. Foi o auge da repressão, da tortura e da censura. Nessa época, o governo era comandado pelo general Emílio Garrastazu Médici, que implementou mudanças nas competências do Ministério da Saúde que, pelo Decreto-Lei 200/67, passou a ser responsável pela formulação da Política Nacional de Saúde, pela prestação de assistência médica ambulatorial, pela implementação de ações de prevenção à saúde e controle sanitário, além de desenvolver pesquisas na área da saúde.

Essas alterações transformaram o Ministério da Saúde em um órgão máximo de gestão, que foi reorganizado administrativamente, e se tornou responsável pela condução das políticas públicas de saúde no país. Com seu fortalecimento nos anos seguintes, o Departamento Nacional de Endemias Rurais (DNERu), criado em 1956, na era Vargas, foi incorporado, em 1970, à Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (Sucam), órgão subordinado à Secretaria de Saúde Pública e que tinha como principal função o controle permanente das endemias existentes no Brasil (Decreto nº 66.623, de 22/5/1970). Ainda em 1970, o governo criou a Divisão Nacional de Epidemiologia e Estatística da Saúde (DNEES), no Departamento de Profilaxia e Controle de Doenças. Além disso, foi instituída a Fundação Oswaldo Cruz, congregando inicialmente o então Instituto Oswaldo Cruz, a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde, posteriormente Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP) e o Instituto Fernandes Figueira¹⁰.

Segundo Barata¹, a Secretaria do Estado da Saúde de São Paulo não tinha nenhum sistema efetivo de Vigilância Epidemiológica, limitando-se a cadastrar os casos ocorridos no Hospital Emílio Ribas sem realizar qualquer tipo de análise epidemiológica, deixando claro a ineficiência dos serviços de saúde na época.

Segundo uma matéria publicada em março de 2009 no portal "A Voz Dissonante"iii, no ano de 1974, de acordo com registros do Ministério da Saúde, existiram 19.396 casos e nenhum óbito catalogado. Na entrevista, Dr. José Cássio de Moraes, médico epidemiologista, professor adjunto do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Santa Casa de São Paulo, afirma que as autoridades foram informadas que havia uma epidemia de meningite no país em 1971, porém, pôr o Brasil viver a época do "milagre econômico", o governo considerava a epidemia um fracasso. "As autoridades de saúde negaram a sua existência", diz ele.

A negação perdurou até 1974. Segundo o médico, "só em 1974, no município de São Paulo, foram 12.330 casos; uma média de 33 por dia. No mesmo período ocorreram cerca de 900 óbitos". De acordo com

ii Segundo o médico epidemiologista, Dr. Márcio Itaboray, "endemia é algo crônico, instalado permanentemente que não consegue controlar e fica anos e anos. Epidemia é um surto".

iii http://vozdissonante.livejournal.com/56761.html

Barata (1988), a partir de julho daquele ano ocorreram mais de mil casos novos por mês, culminando com a incidência de 2.573 casos em setembro de 1974.

Somente em 1975, foi realizada a Campanha Nacional de Vacinação contra a Meningite Meningocócica (Camem), com a vacina antimeningocícica A + C, de origem francesa, que até então nunca havia sido utilizada em tão larga escala, não havendo comprovação anterior de sua efetividade⁹. Cabe destacar que, para a execução desse programa de vacinação em massa, de 80.000.000 de pessoas em 10 meses, foram adotadas duas estratégias: uma para as grandes áreas e outra para os grandes eixos de comunicação do país. Assim, para o êxito da campanha, entre outras ações, foi fundamental também a divulgação para informar e atrair a população, utilizando-se todos os recursos de comunicação, tais como, rádio, televisão, cartazes, jornais, entre outros aparatos midiáticos disponíveis à época. Após essa campanha, a epidemia foi controlada.

O surto, os silenciamentos e a imprensa da época

Os dois anos em análise (1971 e 1974) retomam uma reflexão sobre um período de reestruturação governamental e dos institutos de pesquisa, deixando à mostra um cenário de fragilidade da sociedade brasileira acometida pela epidemia até então "desconhecida" e sem ações de combate efetivas. Para verificar como a imprensa de época retratava esse cenário de indefinições e desconhecimento acerca da meningite, optou-se pela seleção do jornal carioca *O Globo* e do paulista *Folha de S. Paulo*, em virtude da proximidade desses veículos de comunicação aos locais de disseminação da doença. Além disso, destacam-se também as relações estabelecidas entre os dois jornais e o governo durante o Regime Militar.

Segundo Capelato⁴, o jornal *O Globo* apoiou o Golpe de 1964 e manteve durante 20 anos apoio incondicional aos militares no poder, enaltecendo em editorial, sobretudo, a política econômica do governo. A grande imprensa paulista também apoiou o governo militar durante os primeiros anos do novo regime. A *Folha* chegou a elogiar, em editorial, o presidente Castelo Branco, assim que assumiu o governo e, nos "anos de chumbo", optou pela autocensura e colaborou com os agentes de repressão. No entanto, o jornal assumiu uma postura mais reservada em relação ao novo regime, para não pôr em risco o patrimônio da empresa e a reputação do jornal de maior circulação nacional naquele momento.

Durante os primeiros anos da ditadura militar, a imprensa ainda era relativamente autônoma. Mas, foi a partir de 1968, com o decreto do Ato Institucional número cinco, AI-5, que o Brasil enfrentou os extremos da repressão. O governo apoiava-se na doutrina da "segurança nacional", segundo a qual os militares deveriam defender a nação das ameaças internas. As Forças Armadas e policiais se viram no direito de reprimir os opositores do regime. A imprensa, que até então gozava de relativa autonomia, surpreendeu-se com os rígidos mecanismos de repressão do governo. Toda essa violência era com o intuito de que a imprensa não falasse sobre a política interna e não abrisse espaço para que a sociedade fosse contra o poder que estava sendo instalado no Brasil.

O país mergulhava, então, em uma época de intensas reivindicações populares e consequente repressão a estudantes, artistas, operários, intelectuais, religiosos e jornalistas. A prisão e tortura de jornalistas, as pressões sobre os proprietários dos jornais, juntamente com a censura direta, haviam reduzido quase toda a mídia, exceto uns poucos semanários de pequena circulação. Tal posicionamento do governo incidiu sobre as informações da saúde pública no país.

Desde o aparecimento da meningite, em 1971, as autoridades foram informadas que havia uma epidemia da doença, mostrada pelos médicos da época através de levantamento, como possível observar na entrevista ao portal "Voz Dissonante", citada acima. Porém, os governantes negaram a sua existência, pois, como dito anteriormente, o Brasil vivia a época do "milagre econômico", e a epidemia poderia ofuscar o brilho que o país tinha nessa época. Isso pode ser observado na matéria publicada pelo *O Globo* (02/08/71), em que aparece o intertítulo "Epidemia, não!".

Assim, sem nenhum conhecimento da doença, seus sintomas e como evitá-la, ela foi se espalhando. Na cidade de São Paulo saiu das áreas pobres e invadiu as regiões mais ricas. Da mesma maneira, a epidemia, inicialmente, restrita à cidade de São Paulo, avançou para outras regiões e depois para o restante do Brasil. A palavra epidemia não chegava à população. Ela não existia no vocabulário das autoridades. Eles tratavam-na como ondas epidêmicas. Porém, ao atingir a população mais abastada financeiramente, a pressão cresceu. As reportagens sempre em *off* intensificaram-se à medida que a doença ia se aproximando da classe média e da elite. Ou seja, enquanto a doença era de pobre, não tinha quase importância. Só ganhou mais espaço na mídia quando atingiu a população com maior poder de pressão. ¹

A negação da doença perdurou até 1974 quando, a partir de maio daquele ano, começou a circular também o meningococo A, cuja periculosidade é muito maior do que a do C, que circulava desde abril de 1971. Em junho, o Hospital Emílio Ribas, o único que tratava de meningite na cidade, tinha 300 leitos, mas estava com 1.200 pacientes internados. Então não foi mais possível esconder. As autoridades foram obrigadas a admitir publicamente que havia epidemia de meningite. E como ela não existia oficialmente até aquele momento, não havia medicamentos nem funcionários em quantidade suficiente.

Havia uma única vacina que prevenia a doença, mas como não tinha sido encomendada com antecedência, a única saída do governo foi adotar medidas práticas, como fechar escolas onde aparecia um caso. Segundo o médico José Cássio de Moraes, a liberdade de informar sobre a epidemia durou pouco e logo em seguida, em julho ou agosto de 1974, "se proibiu a divulgação de dados estatísticos a respeito da doença para não haver alarme da população".

De 1975 a 1978, foi o período em que a sociedade civil buscou recuperar as liberdades democráticas. De fato, a censura ao noticiário da meningite durou até início de 1975, quando o professor Walter Leser assumiu a secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Nessa época, já se preparava uma grande campanha de vacinação. Todas as pessoas com mais de seis meses de vida foram vacinadas. A vacinação começou em São Paulo e depois foi feita em outras regiões. No total, foram vacinadas quase 80 milhões de pessoas.

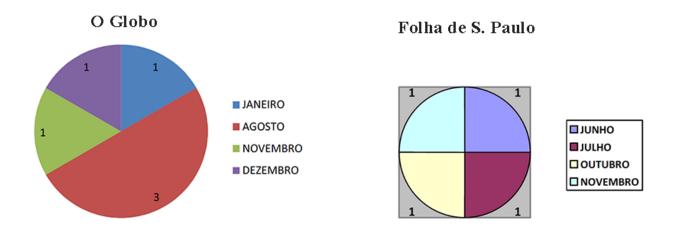
Tecendo um retrato da epidemia em 1971 e 1974

Essa análise foi feita a partir do acervo dos jornais, disponíveis nos respectivos sítios eletrônicos. Na área de busca, foi colocada o termo "epidemia de meningite" e selecionado o período de análise (1971 e 1974). Foram escolhidos os meses em que registram o início da epidemia, seu pico e seu declínio. Além disso, convém ressaltar que o recorte empírico contempla os mesmos meses, nos dois anos, para que fosse possível a análise comparativa. Metodologicamente, optou-se pela Análise de Discurso, com o intuito de observar a recorrência no uso da palavra "epidemia", os contextos em que as matérias sobre a doença eram colocadas, destacando o contexto histórico da época, a influência do governo na divulgação da doença e, também, como a medicina, a ciência e a saúde se encontravam na época.

1971: A meningite e as indefinições do diagnóstico

A cobertura jornalística dos jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo*, ao longo do ano de 1971, apresenta baixa recorrência de pautas sobre a meningite, além de revelar pouco esclarecimento em relação à doença naquele momento (a própria rotulação e diagnósticos parecem imprecisos). Destaca-se, contudo, que o objetivo deste artigo não é identificar as causas dessa baixa recorrência, até porque o espaço de reflexão não permite tamanha densidade, mas pretende-se apresentar a trajetória de "exposição" da meningite na imprensa naquela época, destacando as primeiras incidências na pauta dos jornais, em 1971, e enfatizando o ápice, em 1974.

Durante o período analisado, foram identificadas apenas seis reportagens no jornal *O Globo*, todas publicadas na editoria "Geral" (Gráfico 1) e com maior incidência no mês de agosto. Na *Folha de S. Paulo*, essa recorrência foi ainda menor, sendo registradas apenas quatro reportagens, sobretudo no "1º Caderno", com maior destaque entre os meses de junho, julho, outubro e novembro (Gráfico 2).



Gráficos 1 e 2: Fluxo de reportagens sobre a meningite em O Globo e na Folha S.Paulo (1971)

De modo geral, os textos dessas reportagens são construídos com enunciados que indicam incerteza em relação ao diagnóstico da doença naquela época. Em "Doença que matou dez crianças desafia medicina em Cantagalo" (02/08/71)¹¹, reportagem de O Globo, é possível perceber certa falta de conhecimento sobre a doença, tanto da medicina quanto da população, que a comparavam a uma simples gripe, ou ainda, cogitava-se a relação entre a doença que estava se alastrando com uma "tristeza profunda nas galinhas", que seria a causa de morte das aves. Nessa matéria, no entanto, já aparece a rotulação "meningite" em referência à enfermidade. Mas, é possível encontrar outras palavras relacionadas à doença, tais como "vírus", "mal", "contagioso", "surto". As informações relatadas no texto jornalístico reforçam o cenário de incertezas em relação à natureza da doença e, também, à sua gravidade e ao seu alcance, a exemplo da interjeição proposta no intertítulo "Epidemia, não!".

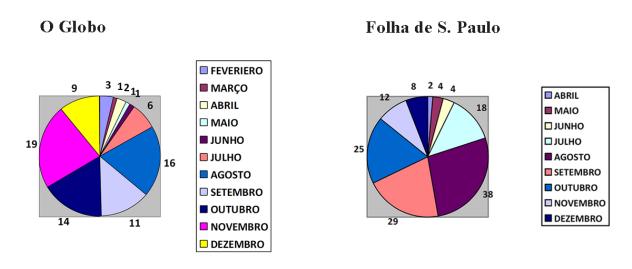
Por outro lado, na matéria "Epidemia de Meningite ameaçou a Alegria", publicada em junho de 19716, pela Folha de S. Paulo, já é possível identificar a palavra "epidemia", em referência à "meningite". Observase, também, que os enunciados são um pouco alarmantes (E1), mas também tentam passar um controle sobre a doença, mostrando que o problema está sendo resolvido rapidamente (E2). Da mesma forma, a matéria de julho do mesmo jornal segue a mesma perspectiva de passar tranquilidade afirmando o controle da doença a partir de órgãos do governo (E1 e E2). São usadas palavras como "surto" e "mal" para referir-se à doença. Aqui eles explicam vagamente o que é a doença (E3), mas em nenhum momento é mencionado o que fazer para evitar ou explicar o motivo da epidemia.

Assim, considerando a temporalidade das matérias, é possível inferir que as abordagens no jornal carioca e no paulista se diferenciam no tocante ao uso da nomenclatura de referência à enfermidade e também em relação às perspectivas de contenção. No entanto, apesar das incertezas em relação ao diagnóstico da doença, constata-se uma preocupação do jornal em atribuir autoridade de fala nas reportagens validando seu discurso, ao convocarem fontes como o diretor científico do Instituto Vital Brasil à época, Dr. Rached Seba, em uma tentativa de acalmar a população com relação a essa doença que estava se alastrando.

1974: O ápice da meningite em pauta

Em 1974, por sua vez, os jornais *O Globo* e *Folha de S. Paulo* ampliaram a cobertura sobre a epidemia de meningite, registrando um total de 223 matérias. Ao longo do ano, o conteúdo jornalístico esteve focado, principalmente, em números que indicavam a quantidade de mortes e internamentos, seja no título ou no corpo do texto. Esse aumento brusco da publicação de matérias se deu porque o número de mortes já tinha aumentado bastante, não havendo mais leitos nos hospitais, pois passaram a haver duas epidemias de meningite (A e C), o que agravou ainda mais a situação e não era possível mais escondê-la. No caso da *Folha*, especificamente, cabe destacar a presença de tabelas diárias intituladas *"Situação da Meningite"*, que foram publicadas a partir de 11 de julho de 1974, com o intuito de informar o nome dos hospitais, o número de admissões, altas, óbitos, internados e o total geral daquele hospital. Esses números eram contabilizados diariamente.

Durante o período analisado, o jornal *O Globo* publicou matérias nos meses de fevereiro, novembro e dezembro, contabilizando 31 reportagens, sendo a maioria publicada na editoria "O Rio" (Gráfico 3) e com maior incidência no mês de novembro. *Na Folha de S. Paulo*, nos mesmos meses, foram registradas 22 reportagens, sobretudo no "1º Caderno", com maior destaque entre os meses de agosto, setembro e outubro (Gráfico 4).



Gráficos 3 e 4: Fluxo de reportagens nos jornais O Globo e Folha de S. Paulo (1974)

Naquele ano, considerando o conteúdo publicado nos dois jornais, a doença era verificada como uma epidemia, mas também era nomeada como "surto" ou "moléstia". Nesse contexto, a vacinação entra em cena como a salvação para a doença e os órgãos tentam tomar providências. Além disso, as autoridades começaram a falar sobre o caso e constatam que é preciso se preocupar com o que estava acontecendo no país. Ao mesmo tempo, há uma notória tentativa de tranquilizar a população em relação à epidemia, alegando que o pior teria passado. Tal cenário pode ser exemplificado nos seguintes recortes: "[...] decisão do Ministério da Saúde de proteger a população através da vacinação de massa, [...], como medida de curto prazo, considerando porém que as condições de habitação, educação sanitárias e saneamento básico são decisivas [...]. Os casos de meningite em SP não aumentaram, pelo contrário, estão diminuindo. Segundo o Secretário de Saúde "estão alarmando indevidamente a população"? Para o assessor da Secretaria de Saúde, porém, a situação não é alarmante. "Estamos numa onda estacionária com pequenas oscilações diárias, com a porcentagem do tipo C diminuindo, a onda parece estar perdendo sua força, mas ainda está longe dos níveis considerados endêmicos" 6.

Importante observar também que, em 1974, a ciência e a medicina são questionadas quanto à falta de informações e recursos médicos e técnicos para conter a epidemia, dados os resultados não comprovados e a falta de pessoas especializadas. Não há ainda uma preocupação com a medicina preventiva, em informar à população a causa da meningite, o que é a doença, como é transmitida e como evitá-la. Esses jornais, de maior circulação nacional, estavam preocupados com informações estruturais sobre a doença, como a identificação dos hospitais que estavam mais lotados, os índices de mortes, como fariam para a vacina chegar ao Brasil e qual a quantidade a ser distribuída para a população. Os exemplos abaixo sintetizam essa abordagem, sobretudo no jornal *O Globo*: "Ontem a Secretaria de Saúde forneceu os totais do mês de outubro. Estes números, colhidos pela Central de Informação de Meningite, diferem muito dos computados pelos boletins diários, entregues à imprensa." ¹⁴. [...] por falta de aparelhagem adequada e pessoal especializado, alguns laboratórios chegam a inventar resultados ¹³. É difícil no momento traçar um quadro real da situação de meningite no Rio e SP, pois os levantamentos estatísticos, quando existem, são precários [...] esse surto atual já tinha sido previsto há cinco anos, tempo suficiente para o aperfeiçoamento de novos métodos de prevenção em medicina ¹².

Outro aspecto que deve ser destacado é a utilização de nomes científicos sem que haja a preocupação de torná-los compreensíveis para o público que lê o jornal. Nota-se que o jornalismo científico ainda não era desenvolvido (pelo menos de forma explícita ou objetiva), pois não há a transformação do discurso especializado dos médicos ou cientistas, em um discurso acessível aos leitores, não havendo sequer uma explicação do que era a doença nem por parte das autoridades médicas, nem por parte dos jornalistas. Isso pode ser observado em algumas matérias do jornal *O Globo*, como no trecho da reportagem: "Ao sentir os primeiros sintomas, a pessoa deve enviar uma amostra de **líquor (punção lombar ou subocipfal)** e, em 12h, saberá o resultado definitivo do seu diagnóstico, feito com **polissacarídeo**" ¹⁵. Da mesma forma, expressões técnicas como "imunoeletroforese", "sulfato de amônia", "antígeno" e "quimioterápicos", presentes na matéria "*Meningite não será transmissível*", da *Folha de S. Paulo*, também são encontrados no texto jornalístico sem a devida explicação.

No entanto, o discurso científico autorizado é utilizado quando convém. Constata-se que houve várias matérias nos dois jornais tratando da questão do Carnaval, em que se colocava a possibilidade de mudança de data por conta da epidemia de meningite. Nesse momento, médicos, o Secretário de Saúde, técnicos e outras autoridades divulgaram um discurso de tranquilidade, afirmando a não necessidade de haver a mudança de data e que, até o Carnaval, a epidemia estaria contida e a população vacinada. Tal cenário pode ser encontrado, por exemplo, em matéria publicada em 05 de novembro, na qual o médico Manuel Ferreira, superintendente da Unidade de Planejamento, Avaliação, Programa e Pesquisas do Ministério da Saúde, afirmou: "é muito difícil convencer o carioca de que o Carnaval pode se transformar num grande foco de meningite".

Porém, quando necessário convocar a população para campanhas de vacinação, os jornais apresentavam números, as autoridades discursavam ainda temerosas por conta da doença, além da tentativa de mostrar que grande número de vacinas estava chegando ao Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, pedindo ajuda à mídia para que esse mutirão tivesse resultados positivos. No jornal *O Globo*, na matéria publicada em 15 de novembro, o secretário de Saúde, afirma: "a execução da tarefa depende da chegada das vacinas e "da colaboração dos veículos de comunicação para divulgação da campanha"; e, no dia 23 do mesmo mês e jornal, reitera: "A vacinação é importante e deve ser feita, mas não protege totalmente". Assim, o discurso científico e autorizado é utilizado, dependendo da intenção dos jornais de acalmar ou alarmar a população, sem deixar claro, no entanto, os atos de intencionalidade que perpassam a relação imprensa *versus* governo.

Considerações Finais

Diante do que foi debatido, há forte evidência de que, durante a época da ditadura militar brasileira, houve um silenciamento por parte da mídia sobre a epidemia de meningite que se alastrava rapidamente pelas principais capitais na época, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro. O provável silêncio impediu que ações adequadas fossem adotadas no momento do surgimento da doença, como medidas preventivas, vacinações, informações para não gerar pânico na população, entre outros fatores.

A epidemia que surgiu em 1971 e teve seu ápice de gravidade e também de publicação nos jornais em 1974, quando abordada, sempre era colocada de forma amenizada, com o intuito de tranquilizar a população, mostrar que a doença já estava sob controle, e não com a intenção de representar a real gravidade da situação. As hipóteses para esse silenciamento e também para as informações imprecisas que foram divulgadas na época podem ser a falta de informação médica da época, ou seja, nem a própria medicina sabia a real gravidade do que estava ocorrendo e o que era a doença, e também a censura do governo perante os veículos de comunicação, pois, pôr o Brasil estar vivendo uma época do "milagre econômico", uma epidemia, além de causar alarme da população, seria vista como algo negativo.

Dessa forma, a meningite gerou muitas mortes e angústias naquela época. Segundo a entrevista do Dr. José Cássio de Moraes ao portal Voz Dissonante, "óbitos foram cerca de 900. Se nós considerarmos a população atual da capital seriam 20 mil casos de meningite no ano e quatro mil óbitos". Portanto, diante desses números altíssimos, quem realmente precisava ter o conhecimento — a população — do que estava ocorrendo, foi colocada à margem, sem ter acesso a informações precisas e esclarecedoras.

Referências

- 1. Barata RCB. Meningite: uma doença sob censura? São Paulo: Cortez; 1988.
- 2. Nascimento D R. As pestes do século XX:tuberculose e Aids no Brasil, uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2005.
- 3. Ferraz L M. Epidemia e memória: narrativas jornalísticas na construção discursiva sobre a dengue. 2010. 200 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) Universidade Federal de Pernambuco, Recife; 2010.
- 4. Capelato M H. Dossiê o tempo presente: a ditadura nas bancas. Rev Hist Viva, Duetto. ,n133, novembro 2014. [citado 12 jul 2015]. Disponível em: http://www2.uol.com.br/historiaviva/artigos/dossie_o_tempo_presente_a_ditadura_nas_bancas.html
- 5. Czeresnia D. Do contágio à transmissão: ciência e cultura na gênese do conhecimento epidemiológico. Rio de Janeiro: Fiocruz; 1997.
- 6. Folha de S. Paulo. Epidemia de meningite ameaçou o Alegria [internet]. 1971 junho [citado 13 maio 2015]; 11. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=meningite&site=&periodo=acervo&x=5&y=11
- 7. Folha de São Paulo. O índice de meningite já está baixando no Estado [internet]. 1974 abril [citado 13 maio 2015]; 7. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=meningite&site=&periodo=acervo&x=5&y=11
- 8. Folha de São Paulo. Meningite não será transmitida em 1975 [internet]. 1974 dezembro [citado 13 maio 2015]; 15. Disponível em: http://acervo.folha.com.br/resultados/?q=meningite&site=&periodo=acervo&x=5&y=11
- 9. Fundação Nacional de Saúde. 100 anos de Saúde Pública: a visão da Funasa. Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde. Brasília, 2004. [citado 12 jul 2015]. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/livro_100-anos.pdf
- 10. Fundação Nacional de Saúde. Cronologia Histórica da Saúde Pública: uma visão histórica da saúde brasileira. Ministério da Saúde: Fundação Nacional de Saúde. [12 julho 2015]. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/site/museu-da-funasa/cronologia-historica-da-saude-publica/

- 11. O Globo. Doença que matou dez desafia medicina em Cantagalo [internet]. 1971 agosto [citado 13 maio 2015]; 15. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&pagina=1&ordenacaoData=relevancia&allwords=meningite&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1 970&anoSelecionado=1971
- 12. O Globo. Brasil tem os maiores índices de meningite do mundo[internet]. 1974 novembro [citado 13 maio 2015]; 8. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacao Data=dataAscendente&allwords=meningite&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=19 70&anoSelecionado=1974&mesSelecionado=11
- 13. O Globo. Meningite: diagnóstico errado, uma das causas [internet]. 1974 novembro [citado 13 maio 2015]; 10. Disponível em: <a href="http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=meningite&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1974&mesSelecionado=11
- 14. O Globo. Ministro pede a Merieux mais 2 milhões de vacinas para o Rio [internet] 1974 novembro. [citado 13 maio 2015]; 10. Disponível em: <a href="http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina-8ordenacaoData=dataAscendente&allwords=meningite&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1974&mesSelecionado=11
- 15. O Globo. Meningite: saúde promete vacinar todos até o carnaval. [internet] 1974 novembro. [citado 13 maio 2015]; 8. Disponível em: http://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacao
 Data=dataAscendente&allwords=meningite&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=19
 70&anoSelecionado=1974&mesSelecionado=11busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=dataAscendente&allwords=meningite&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1970&anoSelecionado=1974&mesSelecionado=11